



Supremo Tribunal Federal
31/05/2017 17:58 0029722



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PETIÇÃO DIGITALIZADA

Of. n. 556/SGM/P/2017

Brasília, 31 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro EDSON FACHIN
Supremo Tribunal Federal
Praça dos Três Poderes
70175-900 - Brasília/DF

Referente: **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.668. Informações da Câmara dos Deputados (art. 12 da Lei n. 9.868/1999).**

Senhor Ministro,

Busca a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.668, proposta pela Partido Socialismo e Liberdade, a interpretação conforme à Constituição do art. 2º, III, da Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação) e das metas constantes do anexo da Lei, para que deles emane comando dirigido às escolas públicas e particulares no sentido de coibir discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual.

Cumpra a esta Presidência, em face do disposto no art. 103, § 3º, da Constituição Federal, apenas informar que a Lei n. 13.005/2014 foi processada nesta Casa dentro dos estritos trâmites constitucionais e regimentais inerentes à espécie, conforme se pode aferir da ficha de tramitação do Projeto de Lei n. 8.035/2010, cuja consulta pode ser realizada no Portal da Câmara dos Deputados na *web*.

Essas são as informações que tinha a prestar a Vossa Excelência, restando protestos de meu mais alto apreço.


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 74241 - 1